

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	V
AS ALTERAÇÕES NO IO-CÂMBIO FEITAS PELO DECRETO Nº 10.997/22 REALMENTE PODEM SER ANALISADAS COMO CARTÃO DE ENTRADA DO BRASIL NA OCDE? – <i>Ana Paula da Costa Herrera</i> ..	1
CRÉDITO DE ICMS NA TRANSFERÊNCIA DE MERCADORIA ENTRE ESTABELECIMENTOS DE MESMA TITULARIDADE – <i>André Felix Ricotta de Oliveira</i>	17
RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA NA DISSOLU- ÇÃO IRREGULAR: BREVE ANÁLISE CRÍTICA DO JULGAMENTO DOS TEMAS REPETITIVOS 962 E 981 DO STJ – <i>Andréa Darzé Minatel e Gustavo Froner Minatel</i>	43
A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE “PRESTAÇÃO DE SERVIÇO” NO STF, PARA FINS DE INCIDÊNCIA DO ISSQN – <i>Andréia Fogaça Rodrigues Maricato</i>	59
A TEORIA COMUNICACIONAL APLICADA AO PROCESSO ADMINISTRATIVO E AO PROCESSO JUDICIAL TRIBUTÁRIOS – <i>Angela Maria Da Motta Pacheco</i>	77
	VII

O ART. 9º DA LC 192/2022 E A EXTENSÃO DOS CRÉDITOS DE NÃO CUMULATIVIDADE DO PIS/PASEP E DA COFINS – <i>Antônio Machado Guedes Alcoforado</i>	95
A LEI DO BEM E A IMPOSSIBILIDADE DE REVOGAÇÃO DO BENEFÍCIO ONEROSO DE ALÍQUOTA ZERO ANTES DO PRAZO FINAL DE VIGÊNCIA – <i>Betina Treiger Grupenmacher e Matheus Schwertner Ziccarelli Rodrigues</i>	113
FATOS, NARRATIVAS OU VERDADES: SOBRE O QUE DECIDEM JUÍZES E TRIBUNAIS? – <i>Bianor Arruda Bezerra Neto</i>	133
O DIREITO À EDUCAÇÃO E SUA INSTRUMENTALIZAÇÃO POR MEIO DE REGRA DE IMUNIDADE TRIBUTÁRIA – <i>Camila Campos Vergueiro, Jussara Borges Ferreira e Galdino Luiz Ramos Junior</i>	149
PLANO DE AMORTIZAÇÃO E PAGAMENTO EM NJP – <i>Carla de Lourdes Gonçalves</i>	175
O SIMPLES NACIONAL SOB A PERSPECTIVA DO CONSTRUCTIVISMO LÓGICO-SEMÂNTICO: PERPLEXIDADES – <i>Carlos Renato Cunha</i>	183
MANDADO DE SEGURANÇA, RESTITUIÇÃO DE INDÉBITO E CUMPRIMENTO DE SENTENÇA – <i>Cassio Scarpinella Bueno</i>	207
O CONCEITO DE RENDA E A TRIBUTAÇÃO DOS FUNDOS DE INVESTIMENTOS ABERTOS DE RENDA FIXA – <i>Celia Maria de Souza Murphy</i>	233
ANÁLISE CRÍTICA SOBRE A APLICAÇÃO DO ARTIGO 7 DOS ACORDOS DE BITRIBUTAÇÃO E SUA RELAÇÃO COM A LEGISLAÇÃO INTERNA – <i>Charles W. McNaughton</i>	253
CRIPTOATIVOS E TRIBUTAÇÃO DA PERMUTA: SWAPS, ATOMIC SWAPS E WRAPPED TOKENS – <i>Daniel de Paiva Gomes e Eduardo de Paiva Gomes</i>	277

ARROLAMENTO DE BENS E DIREITOS DO DEVEDOR SOLIDÁRIO: CONTROVÉRSIAS E LIMITAÇÕES – Daniel Moreti	301
CLASSIFICAÇÃO DE MERCADORIAS: ESTUDO DE CASO – Daniela Floriano	321
GARANTIA (TOTAL OU PARCIAL?) E EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL: A NECESSIDADE DE CONTEXTUALIZAR OS PRECEDENTES DO STJ PARA, ENTÃO, APLICÁ-LOS – Danilo Monteiro de Castro e Milena Martinelli	347
A ILEGALIDADE DAS RESTRIÇÕES ESTABELECIDAS PELA PORTARIA ME N. 260/2020 AO DESEMPATE PRÓ-CONTRIBUINTE NO CARF – Diego Diniz Ribeiro e Carlos Augusto Daniel Neto	365
AS NORMAS DE DIREITO PÚBLICO CONSTANTES DA LINDB. A DISCUSSÃO SOBRE A SUA INCIDÊNCIA NO DIREITO TRIBUTÁRIO – Edilson Pereira Nobre Júnior	393
BENEFÍCIOS FISCAIS E GARANTIAS DO SISTEMA TRIBUTÁRIO – Eduardo Marcial Ferreira Jardim ..	417
SUBVENÇÃO PARA INVESTIMENTOS E A LEI COMPLEMENTAR Nº 160/2017 – Eduardo Perez Salusse	437
LC 157/2016 E O CONCEITO DE RESULTADO PARA FINS DE EXPORTAÇÃO – Edvaldo Brito	455
A JUDICIALIZAÇÃO DAS DISCUSSÕES SOBRE O ÁGIO – Elidie Palma Bifano e Marcello Palma Bifano .	489
DESIGN NORMATIVO DA LEI COMPLEMENTAR DO IBS: “CONTRIBUINTE” E “FATO GERADOR” – Eurico Marcos Diniz de Santi	509
O ÔNUS DA PROVA NA COBRANÇA DE TRIBUTOS SOBRE VERBAS INDENIZATÓRIAS CONSTANTES DE ACORDOS HOMOLOGADOS PELA JUSTIÇA DO TRABALHO – Fabiana Del Padre Tomé	517
	IX

MULTAS TRIBUTÁRIAS. MODERAÇÃO SANCIONATÓRIA. CONSIDERAÇÕES FUNDAMENTAIS – Fábio Soares de Melo	531
COISA JULGADA SOBRE QUESTÃO PREJUDICIAL NAS RELAÇÕES JURÍDICO-TRIBUTÁRIAS DE TRATO CONTINUADO – Fernanda Camano	547
A INCONSTITUCIONALIDADE DO TRATAMENTO DADO À TUSD/TUST PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 194/2022 – Fernanda Mara Macedo Pacobahyba ...	573
NÃO INCIDÊNCIA DO ITBI SOBRE A MEAÇÃO NA DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE CONJUGAL – Francielli Honorato Alves	583
A LEI COMPLEMENTAR NO CONTEXTO DA COMPETÊNCIA CONCORRENTE EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA E A JURISPRUDÊNCIA RECENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – Frederico Araújo Seabra de Moura	607
A OFICIALIDADE DO JULGADOR ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO: DO DEVER À LIMITAÇÃO – Galderise Fernandes Teles	625
A SUJEIÇÃO PASSIVA TRIBUTÁRIA E O CURIOSO CASO DA APROPRIAÇÃO INDÉBITA PREVIDENCIÁRIA DOS TRIBUTOS INDIRETOS (ART. 2º, II, DA LEI nº 8.137/90) – Guilherme Soares Diniz	645
REFORMA DO IR: ANÁLISE DO PL 2337/2021 – Gustavo Brigagão	669
CRISE DE EMPRESA E RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA DO ADMINISTRADOR DE SOCIEDADE LIMITADA – Helena Delgado Fialho Moreira	691
TEMA: O PRDI COMO INSTRUMENTO DE AJUSTAMENTO DE COBRANÇA – Íris Vânia Santos Rosa e Mariane Targa de Moraes Tenório	711

REFORMA IDEAL PARA O SISTEMA TRIBUTÁRIO ATUAL – <i>Ives Gandra Da Silva Martins</i>	731
BIG DATA E PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA: GERAÇÃO DE VALOR E ALOCAÇÃO DE LUCROS/CUSTOS NOS MÉTODOS SECUNDÁRIOS DA OCDE – <i>Jonathan Barros Vita</i>	743
PIS-COFINS: DIREITO A CRÉDITO ADVINDO DE AQUISIÇÃO DE INSUMOS COM A TRIBUTAÇÃO SUSPENSA – <i>José Antonio Minatel</i>	767
A EVOLUÇÃO DOS CONCEITOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA FINS DE TRIBUTAÇÃO DO ISS (IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA) – <i>José Eduardo Soares De Melo</i>	787
PRINCÍPIO DO DESTINO/CONSUMO DO ICMS SOBRE COMBUSTÍVEIS: EXAME JURISPRUDENCIAL E PERSPECTIVAS A PARTIR DA LC 192/22 – <i>José Guilherme Fontes de Azevedo Costa</i>	807
INTERPRETAÇÃO JURÍDICA E LINGUAGEM: A MOLDURA DE KELSEN OU A RESPOSTA CERTA DE DWORKIN? – <i>José Roberto Vieira</i>	837
SISTEMA SANCIONATÓRIO TRIBUTÁRIO: DA BARBÁRIE À MODERNIDADE – <i>Júlio M. de Oliveira e Gabriel Caldiron Rezende</i>	885
INCIDÊNCIA DE ISS EM CONTRATOS DE NATUREZA MISTA E COLIGADA – ANÁLISE CRÍTICA DO JULGAMENTO DA ADI Nº 3.142 PELO STF – <i>Leandro Cara Artioli e Raphael Furtado e Silva</i>	907
A TEORIA DAS PROVAS E O AGRONEGÓCIO: ENTRE O “DESCOBRIMENTO” DA “VERDADE” E A TRIBUTAÇÃO ILEGÍTIMA VIA PRESUNÇÃO POR PAUTAS FISCAIS – <i>Leonardo Furtado Loubet</i>	927

DEPRECIÇÃO ACELERADA INCENTIVADA NA TRIBUTAÇÃO DAS AGROINDÚSTRIAS – Lucas Issa Halah e Guilherme Adolfo Mendes	959
LINHAS INICIAIS DO PROGRAMA DE COMPLIANCE NA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA – Luciano de Almeida Pereira	985
IMPOSTO SOBRE A RENDA - ANÁLISE DA EVOLUÇÃO NO STF – Luís Cesar Souza de Queiroz	1009
RECURSO ESPECIAL E RELEVÂNCIA: DO OUTEIRO AO ALTAR – Mantovanni Colares Cavalcante	1043
O ALCANCE NORMATIVO DA IMUNIDADE APLICÁVEL ÀS EXPORTAÇÕES INDIRETAS – Marcela Cunha Guimarães	1061
DEDUTIBILIDADE DE DESPESAS DA BASE DE CÁLCULO DO IRPJ: REMUNERAÇÃO DE ADMINISTRADORES E CONSELHEIROS E ALIMENTAÇÃO DE SÓCIOS, ACIONISTAS E ADMINISTRADORES – Marcelo de Lima Castro Diniz	1081
REGIME TRIBUTÁRIO DAS COOPERATIVAS DO AGRONEGÓCIO – Marcelo Guaritá Borges Bento	1099
UM PÂNTANO PROCESSUAL-TRIBUTÁRIO, 15 ANOS DEPOIS: A NECESSIDADE DE CONSTRUÇÃO DE UM SISTEMA DE PRECEDENTES COOPERATIVO – Marco Bruno Miranda Clementino e Lucas José Bezerra Pinto	1123
AS PRINCIPAIS INOVAÇÕES DO PL N. 2483 DE 2022 QUE DISPÕE SOBRE O PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO FEDERAL – Marcus Lívio Gomes e Talita Pimenta Félix	1143
COMUNICAÇÃO JURÍDICA E PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS TRIBUTÁRIOS – Mariana B. Baeta Neves Matsushita	1167

EXCLUSÃO DO ICMS-ST DA BASE DE CÁLCULO DO PIS E DA COFINS – <i>Marília Rodrigues Alves Carminatti e Taísa Silva Reque</i>	1183
TRANSAÇÃO TRIBUTÁRIA E A CLASSIFICAÇÃO DO PASSIVO FISCAL – <i>Mary Elbe Queiroz e Antonio Carlos de Souza Jr</i>	1203
MUDANÇA DE CRITÉRIO JURÍDICO PELA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA – <i>Mauritânia Mendonça</i>	1221
TRIBUTAÇÃO DOS MARKETPLACES – ALGUMAS REFLEXÕES ACERDA DA INCIDÊNCIA DE ISS E ICMS SOBRE AS OPERAÇÕES DAS PLATAFORMAS DE COMÉRCIO ELETRÔNICO – <i>Melissa Guimarães Castello</i>	1257
POR QUE PRODUZIR SE NÃO PODE TRANSPORTAR? – <i>Nereida Horta</i>	1279
A LC N° 192/2022, COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA E FEDERALISMO NO ICMS – <i>Oswaldo Santos de Carvalho e José Mauro de Oliveira Junior</i>	1301
TEMA 69, MODULAÇÃO DE EFEITOS E AÇÃO RESCISÓRIA – <i>Rafael Pandolfo</i>	1327
QUESTÕES CONTROVERTIDAS SOBRE PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE: ITEM 4.3 DO RESP. 1.340.553/RS – <i>Renata Elaine Silva Ricetti Marques</i>	1343
PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO NA SEGREGAÇÃO DE ATIVIDADES – <i>Ricardo Anderle e Naiara Viana de Melo</i>	1353
REGIME TRIBUTÁRIO DA INCORPORAÇÃO DE AÇÕES REALIZADA POR ACIONISTAS PESSOAS JURÍDICAS – <i>Roberto Duque Estrada e Gabriel Bez-Batti</i>	1385
NORMAS GERAIS SOBRE PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO – <i>Rodrigo Dalla Pria</i>	1405

IMPACTO DO PRECEDENTE NA ANÁLISE DO PEDIDO ADMINISTRATIVO DE COMPENSAÇÃO – Rodrigo G. N. Massud	1423
CONSIDERAÇÕES SOBRE O IMPACTO DO ESTABELECIMENTO PRESTADOR NA ECONOMIA DIGITAL PARA FINS DE DETERMINAÇÃO DO SUJEITO ATIVO – Guilherme Eleutério Martinez e Rodrigo Griz	1439
OS PRINCÍPIOS GERAIS DO SISTEMA TRIBUTÁRIO DA CONSTITUIÇÃO – Sacha Calmon Navarro Coêlho	1457
A BASE DE CÁLCULO DO ISS NA PERSPECTIVA DA JURISPRUDÊNCIA – Simone Rodrigues Costa Barreto	1491
ALGUMAS INCONGRUÊNCIAS DO JULGAMENTO DO TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS NO TEMA 985 DA REPERCUSSÃO GERAL DO SUPREMO – Wagner Balera e Rômulo Cristiano Coutinho da Silva	1507